

Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2010

Responsável: José Cristiano Martins Nunes

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim. Exercício de 2010. Pela não aprovação das contas. Recolhimento. Multa. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 731 a 733 dos autos.

Decisão:

I - Negar aprovação às contas de gestão da Prefeitura Municipal de São Domingos do Capim, exercício de 2010, devendo o Ordenador de Despesas, Sr. José Cristiano Martins Nunes, recolher aos Cofres do Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente atualizada, a quantia de R\$-12.800,00 (doze mil e oitocentos reais), referente ao pagamento a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito;

II - Determinar, ainda, que o citado Ordenador recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo atraso no envio da LOA, prestação de contas do 1º ao 3º quadrimestres, Balanço Geral e RREO's, do 1º, 2º e 4º bimestres, nos termos do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA;

III - Remeter cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 25.897, DE 18/11/2014

Processo nº 1280022008-00

Origem: Câmara Municipal de Ulianópolis

Assunto: Prestação de Contas de 2008

Responsável: Afonso Alves de Moura

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Ulianópolis. Exercício de 2008. Pela irregularidade da prestação de contas. Recolhimento. Cópia ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 99 a 103 dos autos.

Decisão:

I - Considerar irregulares as contas da Câmara Municipal de Ulianópolis, exercício financeiro de 2008, devendo o Ordenador de Despesas, Sr. Afonso Alves de Moura, recolher aos cofres públicos municipais, no prazo de trinta dias, o valor de R\$-25.763,97 (vinte e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e sete centavos), devidamente atualizado, Lançado à conta Agente Ordenador;

II - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 25.906, DE 18/11/2014

Processo nº 1330082007-00

Origem: Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Pirá

Assunto: Prestação de Contas de 2007

Responsável: Albenor Bezerra Pontes

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. FMAS de Cachoeira do Pirá. Exercício de 2007. Pela não aprovação das contas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 104 a 108 dos autos.

Decisão:

I - Negar aprovação às contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Cachoeira do Pirá, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Albenor Bezerra Pontes, por estarem irregulares, nos termos do Art. 32, III, "c", da Lei Complementar nº 84/2012;

II - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 25.926, DE 20/11/2014

Processo nº 1230022008-00

Origem: Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará

Assunto: Prestação de Contas de 2008

Responsável: Maria Lúcia Machado

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará. Exercício de 2008. Pela aprovação, c/ ressalvas, das contas. Expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 214 a 218 dos autos.

Decisão: Aprovar, com ressalvas, as contas da Câmara Municipal de Santa Luzia do Pará, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade da Sra. Maria Lúcia Machado, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação,

no valor de R\$-662.272,80 (seiscentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), pelas despesas ordenadas.

ACÓRDÃO Nº 25.942, DE 25/11/2014

Processo nº 503982012-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Nova Timboteua

Assunto: Prestação de Contas de 2012

Responsável: Josué Francisco da Silva

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Nova Timboteua. Exercício de 2012. Pela aprovação, c/ ressalva, das contas. Multas. Expedição do Alvará de Quitação, após o pagamento das multas.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 148 a 150 dos autos.

Decisão:

I - Aprovar, com ressalva, as contas do Fundo Municipal de Saúde de Nova Timboteua, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. Josué Francisco da Silva, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, as seguintes multas:

1) R\$-3.100,00 (três mil e cem reais), pelo atraso na remessa da prestação das contas do 1º ao 3º quadrimestres, nos termos do Art. 120-B, IV, do RI/TCM;

2) R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas, nos termos do Art.120-A, II, do RI/TCM;

II - Expedir em favor do citado Ordenador de Despesas, o competente Alvará de Quitação, no valor de R\$-4.724.476,19 (quatro milhões, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), após a comprovação dos recolhimentos determinados.

ACÓRDÃO Nº 25.968, DE 02/12/2014

Processo nº 1073302008-00

Origem: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Abel Figueiredo

Assunto: Prestação de Contas de 2008

Responsável: Argemiro Rodrigues Pinto

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. SAAE de Abel Figueiredo. Exercício de 2008. Pela aprovação, c/ ressalva, das contas. Expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 75 a 78 dos autos.

Decisão: Aprovar, com ressalva, as contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Abel Figueiredo, exercício financeiro de 2008, de responsabilidade do Sr. Argemiro Rodrigues Pinto, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$-75.377,34 (setenta e cinco mil, trezentos e setenta e sete reais e trinta e quatro centavo), pelas despesas ordenadas.

ACÓRDÃO Nº 25.969, DE 02/12/2014

Processo nº 1073302010-00

Origem: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Abel Figueiredo

Assunto: Prestação de Contas de 2010

Responsável: Félix Oliveira Silva

Relator: Conselheiro Sérgio Leão

EMENTA: Prestação de Contas. SAAE de Abel Figueiredo. Exercício de 2010. Pela aprovação, c/ ressalva, das contas. Expedição do Alvará de Quitação.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 125 a 128 dos autos.

Decisão: Aprovar, com ressalva, as contas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Abel Figueiredo, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade do Sr. Félix Oliveira Silva, em favor de quem deve ser expedido o Alvará de Quitação, no valor de R\$-341.462,57 (trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavo), pelas despesas ordenadas.

ACÓRDÃO Nº 25.978, DE 04/12/2014

Processo nº 320012011-00

Origem: Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu

Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2011

Responsável: Sandra Miki Uesugi Nogueira

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu. Exercício de 2011. Pela aprovação, c/ ressalva, das contas. Multa. Expedição do Alvará de Quitação, após o pagamento da multa.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 208 a 210 dos autos.

Decisão:

I - Aprovar, com ressalva, as contas de gestão da Prefeitura Municipal de Igarapé-Açu, exercício de 2011, devendo a Ordenadora de Despesas, Sra. Sandra Miki Uesugi Nogueira, recolher ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pelo não repasse ao INSS das contribuições retidas, na forma do Art. 282, I, "b", do RI/TCM/PA;

II - Expedir em favor da citada Ordenadora o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-33.537.436,12 (trinta e três milhões, quinhentos e trinta e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais e doze centavos), após o recolhimento determinado.

ACÓRDÃO Nº 25.979, DE 04/12/2014

Processo nº 430012010-00

Origem: Prefeitura Municipal de Maracanã

Assunto: Prestação de Contas de Gestão de 2010

Responsável: Agnaldo Machado dos Santos

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas de Gestão. Prefeitura Municipal de Maracanã. Exercício de 2010. Pela não aprovação das contas. Recolhimentos. Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 498 a 500 dos autos.

Decisão:

I - Negar aprovação às contas de gestão da Prefeitura Municipal de Maracanã, exercício de 2010, devendo o Ordenador de Despesas, Sr. Agnaldo Machado dos Santos, recolher aos Cofres do Município, no prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente atualizadas, as seguintes quantias:

1) R\$-14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), pagamento a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito;

2) R\$-160.269,19 (cento e sessenta mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos), ausência de comprovantes de despesas;

II - Determinar, ainda, que o Ordenador recolha ao FUMREAP, no prazo de 30 (trinta) dias, as seguintes multas:

1) R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo atraso no envio da LOA e RREO's do 1º, 3º e 5º bimestres, nos termos do Art. 284, I, do RI/TCM;

2) R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, nos termos do Art. 57, I, "b", da Lei Complementar nº 84/12;

III - Encaminhar cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências que entender cabíveis.

ACÓRDÃO Nº 26.010, DE 16/12/2014

Processo nº 1030022010-00

Origem: Câmara Municipal de São João de Pirabas

Assunto: Prestação de Contas de 2010

Responsáveis: Jorge Maurício da Silva Ramos (01/01 a 08/06/10) e Amarildo de Jesus Ferreira Pereira (09/06 a 31/12/10)

Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de São João de Pirabas. Exercício de 2010. Jorge Maurício da Silva Ramos (01/01 a 08/06/10) Pela aprovação das contas e expedição do Alvará de Quitação. Amarildo de Jesus Ferreira Pereira (09/06 a 31/12/10) Pela não aprovação das contas. Recolhimentos, Multas. Cópia dos autos ao MPE.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 145 a 150 dos autos.

Decisão:

I - Aprovar as contas do Sr. Jorge Maurício da Silva Ramos, que presidiu a Câmara Municipal de São João de Pirabas, no período de 01/01/10 a 08/06/10, devendo ser expedido em seu favor, o respectivo Alvará de Quitação, no valor de R\$-135.613,30 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e treze reais e trinta centavos);

II - Negar aprovação às contas do Sr. Amarildo de Jesus Ferreira Pereira, Presidente da Câmara Municipal de São João de Pirabas, no período de 09/06/10 a 21/12/10, em razão das seguintes irregularidades: 1) Agente ordenador no valor de R\$-189.129,04 (cento e oitenta e nove mil, cento e vinte e nove reais e quatro centavos), que deverá ser recolhido aos cofres do Município, devidamente atualizado, no prazo de 60 (sessenta) dias; 2) Despesas não comprovadas com reforma da Câmara, no valor de R\$-42.757,03 (quarenta e dois mil, setecentos e cinquenta e sete reais e três centavos), que deverá ser recolhido, aos cofres do Município, devidamente atualizado, no prazo de 60 (sessenta) dias; 3) Não comprovação do recolhimento do valor de R\$-7.373,14 (sete mil, trezentos e setenta e três reais e quatorze centavos) ao INSS, que deverá ser restituído, aos cofres municipais, no prazo de 60 (sessenta) dias, devidamente atualizado; 4) Irregularidades nos seguintes processos licitatórios: Tapajós e Santos Ltda. (reforma do prédio da Câmara - R\$-42.757,03); R.E. Comércio e Serviços Ltda. (material de expediente -